

# a imprensa pernambucana no processo de independência (1821-1824)

arthur ferreira reis\*   
 universidade federal do espírito santo  
 vitória - espírito santo - brasil

resumo

A Revolução do Porto iniciada em 1820 trouxe consequências críticas ao destino do Império Luso-brasileiro. Abalado pelas ideias liberais, o Antigo Regime português perdeu espaço para o constitucionalismo. Na esteira da constituição, a liberdade de imprensa tornou possível a criação de vários periódicos no Império, contribuindo para a circulação de ideias e notícias. Atento a esse contexto, o presente artigo analisa a imprensa pernambucana entre os anos de 1821 e 1824 buscando compreender as discussões políticas e como esses jornais e essa província se inseria na problemática do Império.

**Palavras-chave:** Império; Pernambuco; NVivo.

abstract

The Porto Revolution started in 1820 brought critical consequences to the fate of the Luso-Brazilian Empire. Shaken by liberal ideas, the Old Portuguese Regime lost space to constitutionalism. In the wake of the constitution, press freedom made it possible to create several periodicals in the Empire, contributing to the circulation of ideas and news. Attentive to this context, this article analyzes the Pernambuco press between the years 1821 and 1824, seeking to understand the political discussions and how these newspapers and this province were inserted in the problems of the Empire.

**Keywords:** Empire; Pernambuco; NVivo.

---

\* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: arthurfr23@gmail.com.

O processo de independência do Brasil foi o resultado da convergência de uma série de interesses e projetos distintos. Nessa etapa da história do Brasil, a aproximação de elementos para a formação de um novo país se tornou possível graças a uma polarização entre os “defensores do Brasil” e as Cortes portuguesas. Essa última, graças aos debates políticos e sucessão de acontecimentos, passou de símbolo de vitória do liberalismo no Império Luso-Brasileiro para inimigo das liberdades do Brasil e retorno ao antigo despotismo colonial.

O estado de conflito com as Cortes não ocorreu de forma instantânea. Ela foi resultado de um longo processo de discordância e dissensões entre as elites brasileiras e portuguesas, e teve seu ponto mais marcante no episódio do Fico. A partir de então, a defesa da permanência do príncipe, dos tribunais superiores e da existência de uma delegação do poder executivo no Brasil, aglutinou diversas províncias brasileiras em torno do projeto “pedrino”. A convocação da assembleia constituinte no Brasil foi consequência do conflito entre os projetos lisboeta e fluminense, e a proclamação da independência o resultado final do desentendimento entre as partes discordantes do Império Luso-brasileiro.

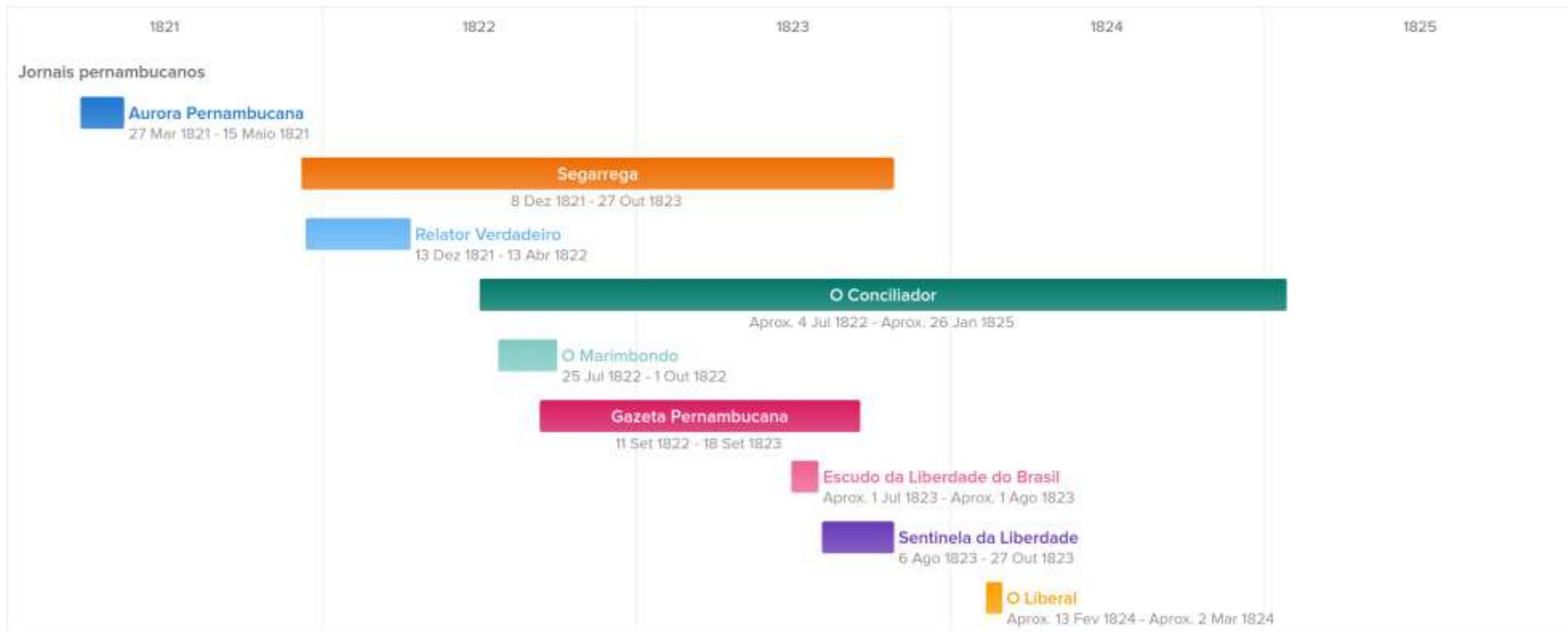
Durante toda a contenda, os jornais de ambos os lados do Atlântico assumiram posição privilegiada e tiveram importante papel na circulação de notícias e ideias políticas. A quantidade de jornais no Brasil cresceu de forma surpreendente durante o processo de independência. Era necessário, aos olhos dos redatores, debater ideias, instruir a população e, ao seu modo, proteger o sistema liberal que acabava de ser proclamado. Surgiu uma imprensa focada em debater o futuro do Império Luso-Brasileiro que depois se transformaria em Império do Brasil.

Tendo em vista esse contexto, o presente artigo analisou como os jornais pernambucanos do processo de independência se fizeram participar nos debates desse período. Compreendendo que existe larga bibliografia sobre alguns jornais de grande circulação<sup>1</sup> e se atendo aos limites dessa pesquisa, o trabalho explorou jornais de menor distribuição. Além disso, também optamos por fazer um recorte temporal até março de 1824, momento em que a constituição ainda não havia sido outorgada. Disso resultou uma quantidade de sete jornais, mais especificamente *Aurora Pernambucana*, *Relator Verdadeiro*, *Segarrega*, *Marimbondo*, *Gazeta Peranmbucana*, *Escudo da Liberdade e O Liberal*.

---

<sup>1</sup> Dentre os jornais excluídos e incessantemente analisados pela literatura, citamos a *Sentinela da Liberdade e O Conciliador*. Cf: FELDMAN, 2012. LEITE, 2000. MOREL, 1986. LEME, 2007.

Figura 1. Linha do tempo dos jornais pernambucanos criados até fevereiro de 1824



## a imprensa e os redatores

Ao nos debruçarmos sobre a imprensa pernambucana, partimos do perfil prosopográfico dos redatores, de forma a poder comparar esse perfil com outras elites intelectuais e políticas do Império. Nesse ponto, incluímos os redatores da *Sentinela* (Cipriano Barata) e *O Conciliador* (Lopes Gama) de maneira a complementar o perfil. Contando com dez redatores, conseguimos descobrir informações biográficas sobre todos.

Como podemos ver no Quadro 1, dos dez redatores, apenas um - justamente Cipriano Barata - estudou em Coimbra, nenhum se formou em Direito, três exerceram cargos públicos, seis vieram a ter cargos políticos e dois receberam algum tipo de honraria. A idade média dos jornalistas quando ocorreu a independência do Brasil era de trinta e sete anos. A respeito de suas profissões, percebemos em Pernambuco uma grande quantidade de padres, totalizando quatro.

Quando analisamos o Quadro 2 e comparamos os redatores pernambucanos com outros segmentos do Brasil imperial, percebemos que existe certa singularidade desse grupo, o que nos ajuda a compreender a importância de uma análise detalhada do que estava sendo aventado por esses jornais.

Quadro 1. Elite intelectual de Pernambuco: dados biográficos

Redator	Jornal	Ano de Nascimento	Origem	Instituição Formadora	Grau de Escolaridade	Formação	Ocupação Profissional	Experiência Política	Emprego Público	Títulos e ordens honoríficas
1. Cipriano José Barata de Almeida	Sentinella da Liberdade	1762	Bahia	Universidade de Coimbra	Superior	Filosofia	Médico / Professor	Deputado	N.I.	N.I.
2. Fillipe Mena Calado da Fonseca	Segarrega	N.I.	Portugal	N.I.	N.I.	N.I.	Funcionário Público / Médico	N.I.	Escrivão da Correção do Ceará	N.I.
3. Francisco Agostinho Gomes	Escudo da Liberdade do Brasil	1769	Bahia	N.I.	Média	N.I.	Fazendeiro	Deputado	N.I.	N.I.
4. Francisco Ferreira Barreto	O Relator Verdadeiro	1790	Pernambuco	N.I.	N.I.	N.I.	Clérigo	Deputado		Comendador da Ordem de Cristo / Cavaleiro da Ordem do Cruzeiro
5. João Baptista da Fonseca	O Liberal	1790	Pernambuco	N.I.	N.I.	N.I.	Clérigo / Funcionário Público	N.I.	Capelão do Exército	N.I.
6. João Mendes Viana	Escudo da Liberdade do Brasil	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	Militar	Deputado	N.I.	N.I.
7. José Marinho Falcão Padilha	O Maribondo	1787	Pernambuco	N.I.	N.I.	N.I.	Clérigo / Professor	N.I.		Cavaleiro da Ordem do Cruzeiro

8. Manuel Clemente Cavalcante de Albuquerque	Gazeta Pernambucana	1798	Pernambuco	Seminário de Olinda	Média	N.I.	Funcionário Público	Presidente de Província	Procurador	N.I.
9. Miguel do Sacramento Lopes Gama	Conciliador Nacional	1793	Pernambuco	Seminário de São Bento	Média	N.I.	Clérigo / Professor	Deputado		N.I.
10. Rodrigo da Fonseca Magalhães	Aurora Pernambucana	1787	Portugal	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.

Quadro 2. Comparação entre grupos do Brasil Imperial

	<b>Redatores pernambucanos (1820-1824)</b>	Deputados da Constituinte de 1823 <sup>2</sup>	Grupo exaltado <sup>3</sup>	Grupo moderado	Senadores (1822-1831) <sup>4</sup>	Ministros (1822-1831)	Senadores do Império	Ministros do império
Formação superior	<b>10%</b>	47%	77,77%	90%	81,8%	86%	76,1%	91,3%
Formação em Coimbra	<b>10%</b>	43,8%	7,6%	44,4%	-	71,8%	-	28,5%
Formação em Direito	<b>0%</b>	31%	14,2%	33,3%	61%	51,2%	-	72,5%
Cargos públicos	<b>30%</b>	26,9%	80%	36%	53,3%	46,4%	44,7%	36,4%
Cargo político	<b>60%</b>	-	30%	81%	-	-	-	-
Honras concedidas	<b>20%</b>	61,7%	-	-	-	-	-	-

<sup>2</sup> Em sua obra, a autora traça um perfil biográfico da elite política que compôs a constituinte de 1823 e dos autores que publicaram jornais e panfletos entre 1808 e 1823. Copiado em íntegra. Cf: NEVES, 2003.

<sup>3</sup> Em sua tese de doutorado, o autor faz uma cuidadosa análise dos três grupos políticos da Corte, os exaltados, moderados e caramurus. Através dessa análise, ele compõe uma biografia coletiva dos dois primeiros grupos. A coluna foi adaptada para melhor análise. Cf: BASILE, 2004.

<sup>4</sup> Ao analisar a elite imperial, o autor traçou o perfil prosopográfico de ministros e senadores de todo o período imperial. Copiado em íntegra. Cf: CARVALHO, 2003.

Uma primeira pergunta a ser feita diz respeito ao local de formação dos redatores. Segundo José Murilo de Carvalho, a formação em Coimbra de grande parte da elite política do Brasil exerceu forte influência sobre os projetos aventados e seguidos por esses homens (CARVALHO, 2003). Educados em um centro acadêmico tipicamente conservador, projetos políticos republicanos ou federalistas teriam encontrado pouca repercussão dentre essa elite, e a manutenção da ordem social e da monarquia seria um ideal a ser seguido. Ao olharmos para a pequena quantidade de estudantes de Coimbra no grupo de redatores analisados nesse artigo, devemos nos perguntar se existiu maior pluralidade de projetos, especialmente os de cunho mais radical, ou os redatores, mesmo não se formando em Coimbra, mantiveram o discurso de ordem e manutenção da monarquia.

Também achamos que essa imprensa, por estar localizada fora do eixo do centro-sul, e em uma província distante, tendo inclusive participado para Evaldo Cabral de Mello de “outra independência”, pode nos elucidar alguns pontos importantes do processo de formação do Brasil. Dentre esses pontos, ressaltamos a pergunta de se os jornais pernambucanos enxergavam Pernambuco fazendo ou não parte da luta dos brasileiros ligados ao centro-sul.

Esses questionamentos e as fontes apresentadas nos guiaram durante a pesquisa. Do ponto de vista metodológico, a leitura dos periódicos partiu do texto para o contexto (POCOCK, 2003). Buscamos compreender como esses homens escreviam e se portavam diante de um momento importante para a história do Brasil, sendo influenciados e buscando influenciar no contexto linguístico da província e do país em que escreviam. Para auxiliar na montagem das nuvens de palavras<sup>5</sup> e na mineração dos dados, utilizamos o *software* NVivo 11, buscando com isso tornar mais clara os principais conceitos e assuntos analisados e discutidos nos periódicos.

---

<sup>5</sup> Em um primeiro momento foram selecionadas as 500 palavras mais escritas nos jornais. Após isso foram retiradas palavras redundantes como artigos, pronomes, alguns advérbios e etc. Todo o trabalho foi realizado pelo *software*, de modo que erros podem ser encontrados, mas dificilmente influenciem no resultado final.



Depois das medidas tomadas no congresso de 3 do corrente, quis o Excelentíssimo Senhor Governador e Capitão General, que por meio de um periódico se instruisse o público de tudo quanto se fizera a favor da causa do Rei e da Nação; predispondo todos os povos do Brasil a abraçarem as novas instituições, que a Augusta Assembleia Nacional está formando em Lisboa, para estabelecer nossa liberdade política; e assegurando sobre inabaláveis fundamentos os Direitos da Majestade, e os Direitos da Nação<sup>8</sup> (AURORA PERNAMBUCANA, n.1).

As novidades das Cortes também eram recorrentes. Além dos debates, tornava-se necessário reafirmar que a mudança política não era uma quebra da ordem, mas uma continuidade. Por isso ao lado dos “direitos” e da “constituição” aparecia frequentemente juramentos ao “rei”, à “religião” e pedidos de “ordem”.

Sobressai também algo que estará presente nos outros jornais, as notícias internacionais. Por meio de informações sobre as revoluções liberais da Espanha, Nápoles e a revolução grega, o jornalista buscava criar uma identidade liberal que transcendesse o Império Luso-Brasileiro. Era uma identidade imaginada que rompia fronteiras e incluía os pernambucanos em um movimento internacional de adesão às ideias e à política do novo tempo.

No dia 8 de dezembro de 1821 surgiu o segundo periódico pernambucano, a *Segarrega*<sup>9</sup>. Criado após a partida de Luís do Rego em decorrência do conflito entre a Junta Goiana e o Governador Provisório, o periódico era escrito por Felipe Mena Calado, um participante da revolta de 1817 e entusiasta da nova junta.

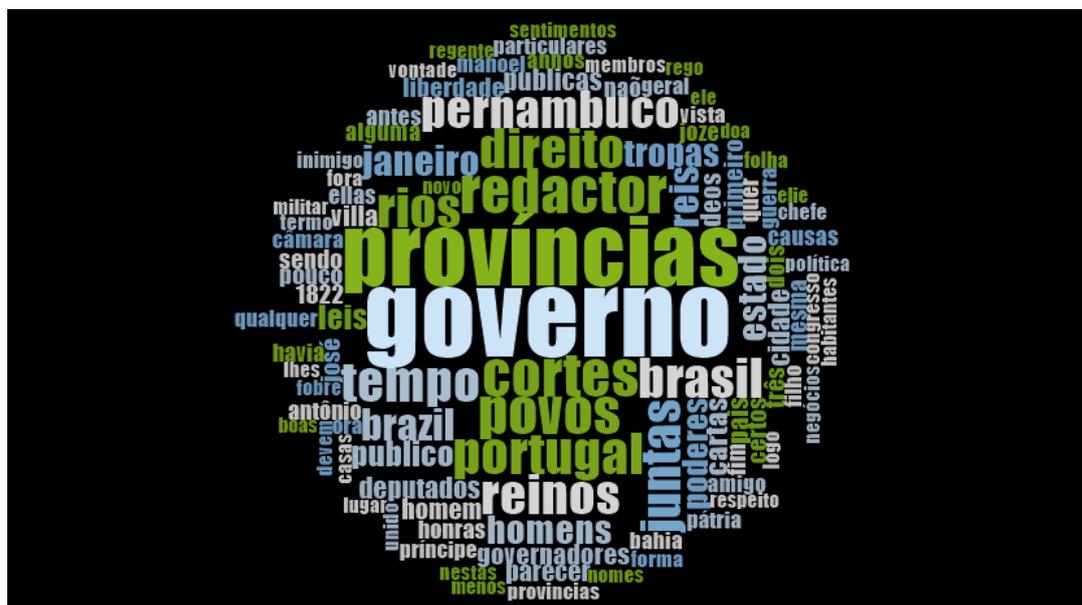
Prometo ser fiel a palavra. Referir acontecimentos é a principal tarefa da *Segarrega*, que tão bem acolhe a Correspondência noticiosa, e oficiosa. Porém quando os canais sejam variados uma folha, um documento com a autenticidade admitida sanará a honra da *Segarrega*. (SEGARREGA, n.1)

Em seu primeiro número o periódico fez uma carta de intenções. Dizia respeitar a constituição, o rei e as cortes, escrever prezando a ordem e a ilustração e ter como objetivo ilustrar a opinião pública. Tais cartas faziam-se presente em quase todos os jornais criados em uma segunda leva no Brasil, que teria ocorrido após novembro de 1821. A discussão política e as desavenças que os primeiros periódicos haviam passado tornou necessária essas cartas para que, ao mesmo tempo em que se apresentasse ao público, o jornalista granjeasse alguma credibilidade e isenção.

<sup>8</sup> A escrita dos jornais foi atualizada para melhor compreensão.

<sup>9</sup> Foram analisados dos os 27 números do periódico.

Figura 2. Nuvem de palavras da Aurora Pernambucana



Escrito por um ex-revolucionário, o periódico adotou desde seu início uma postura agressiva com Luís do Rego e seus apoiadores. Essa postura acabou refletindo também em sua relação com as Cortes de Lisboa, pois algumas medidas por elas tomadas fizeram com que o jornalista passasse a ver com desconfiança suas intenções. Diante dessas medidas, agia de forma até ameaçadora, afirmando que para conservar o equilíbrio entre a mãe pátria e a província, as Cortes deviam “recuar algum tanto nas medidas que tomaram a nosso respeito, mais por um ato de receio do que por uma confiança generosa” (SEGARREGA, n.3).

A relação entre governo e população, seja de Pernambuco ou de outras províncias, foi uma constante. Notabilizava-se questões como injustiças realizadas por funcionários públicos e elogios ao governo de Pernambuco. Discussões sobre o novo tempo que havia se inaugurado com a chegada do sistema liberal, pois as diferenças eram perceptíveis entre um tempo e outro graças a “simples mudança de governo” (SEGARREGA, n.1). Existiu também uma rivalidade com o periódico baiano *Semanário Cívico*<sup>10</sup>. O *Semanário* publicava diversas vezes notícias sobre Pernambuco, acusando a província de agir de forma desordeira e a Junta de Goiânia de promover a anarquia. Também defendia Luís

<sup>10</sup> Escrito por Joaquim José da Silva Maia. Se destacou por defender a união com Portugal e o Governador das Armas da Bahia, Luís Madeira, durante o conflito contra os brasileiros.

do Rego, o que acendia o furor do redator da *Segarrega* que devolvia com a mesma moeda: a província da Bahia, na visão de Mena Calado, era dividida em partidos, e a junta era despótica, sendo apoiada por periódicos como o *Idade D'Ouro* e *Semanário*.

A agressividade em relação ao *Semanário* foi comum nos jornais escritos em Pernambuco. A defesa irredutível às medidas tomadas pelas Cortes e a resistência da Bahia contra o príncipe causou um distanciamento deste periódico e dessa província do restante do Brasil. Ao eclodir o conflito entre defensores da causa brasileira e o general Madeira, o discurso sofreu uma leve modificação, e os baianos se tornaram irmãos que deviam ser salvos do despotismo de Madeira. Por sua vez, periódicos simpáticos às Cortes como o *Semanário* eram considerados os grandes inimigos da união da grande família brasileira.

As propagandas da *Segarrega* sobre as atitudes do príncipe contribuíram para uma identificação do jornal com o projeto do centro-sul. A possibilidade de o Brasil se tornar independente caso as Cortes não mudassem sua forma de agir eram reforçadas utilizando o exemplo das independências da América do Sul e dos Estados Unidos (SEGAREGA, n.7). Defendia inclusive que as províncias poderiam ser independentes de forma separada, pois

É princípio estabelecido em Direito Público, que quando um povo qualquer altera ou muda a sua forma de Governo, pode ou não uma província, uma cidade, e até um único individuo separar-se e não aderir ao novo pacto (SEGAREGA, n.6).

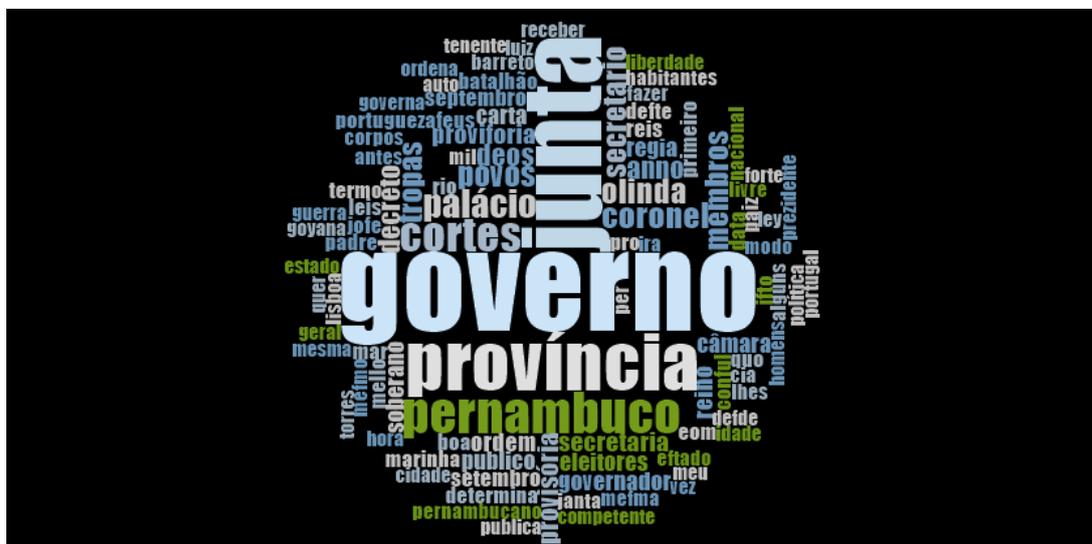
Também no final de 1821 passou a circular o *Relator Verdadeiro*<sup>11</sup>, escrito pelo futuro deputado Francisco Ferreira Barreto também após a derrocada de Luís do Rego. Assim como a *Segarrega*, o *Relator* era um estrito defensor da Junta, que, segundo ele,

---

<sup>11</sup> Foram consultados nove números do periódico. A coleção está bastante incompleta e alguns periódicos estão ilegíveis.

[...] trabalhava com um Patriotismo raras vezes visto (...) que tanto honra os esforços dos povos desta Província para sacudir o julgo de déspota, que a oprimia por todas as formulas inventadas pela maldade para estrago da humanidade (RELATOR VERDADEIRO, n.6).

Figura 3. Nuvem de palavras do *Relator Verdadeiro*



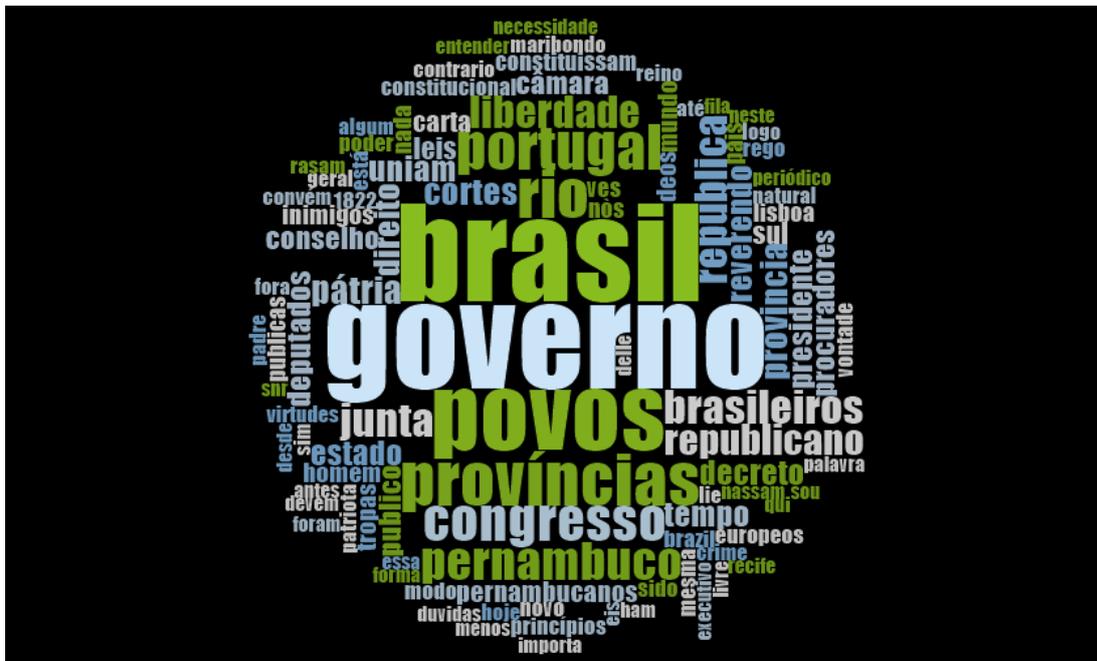
A nuvem de palavras mostra como a relação entre o periódico e a Junta era íntima. Além dos elogios, o periódico se resumia quase que exclusivamente em publicar ofícios, editais e proclamações do governo, fazendo constantes elogios à Junta, como vimos acima.

Em julho e setembro de 1822 surgiram os periódicos *Marimbondo e Gazeta Pernambucana*, respectivamente. O primeiro foi escrito pelo padre e ex-revolucionário de 1817 José Marinho Falcão Padilha, e o segundo teve como principal redator o futuro presidente da província de Alagoas, Manuel Clemente Cavalcante de Albuquerque. O *Marimbondo* veio à luz em um momento de constante enfrentamento entre as Cortes e a elite política ligada à causa brasileira. O periódico exerceu inicialmente uma posição de defesa das decisões tomadas pelo príncipe, tendo como uma das principais bandeiras a constituinte no Brasil. Dizia ele:

[...]redigir um periódico em defesa dos nossos direitos: tarefa impossível ao maribondo; mas que há de conseguir esse talismã, que tem feito racionais papagaios, periquitos e macacos. Se os maribondos são maus, é porque se intenta arruinar o que é deles, é porque a justiça ultrajada vela em todos os corações (MARIMBONDO, n.1).

É importante destacar a referência que o jornalista fazia a dois periódicos fluminenses surgidos um pouco antes, *O Papagaio*, *O Macaco Brasileiro* e ao panfleto *O Periquito da Serra dos Orgãos*. Refletia conhecimento do que estava circulando no Rio de Janeiro e também uma ligação com esses impressos.

Figura 4. Nuvem de palavras do *Marimbondo*



Diferente dos jornais pernambucanos anteriores, onde o debate se concentrava muito mais na relação entre as Cortes e o Brasil, ou na defesa do governo local, o *Marimbondo* trazia para o cerne do debate político a situação do Brasil como reino. A defesa da constituinte no Brasil (MARIMBONDO, n.1) feita pelo periódico contribuiu com a construção de uma embrionária identidade brasileira, construída nesse momento mais em oposição aos portugueses e às Cortes do que como uma nação una e indivisível. Reconhecia o periódico, através de notícias e reflexões, o conflito de interesses entre Brasil e Portugal e a necessidade de uma assembleia brasileira como último esforço de se manter a união já abalada.

Assim como seus predecessores, demonstrava orgulho da Revolução Pernambucana de 1817. Chegava a tratar tal revolução como precursora do movimento liberal de 1820. Dessa forma, afirmava ser os pernambucanos “pais do liberalismo” luso-brasileiro, e por isso eles deviam ser tratados como heróis (MARIMBONDO, n.2).

Como certa nostalgia a respeito da Revolução de 1817, não negava a forma de governo republicana como a ideal. Todavia, defendia a monarquia constitucional por ser essa a mais adaptável ao atual estado de ilustração da população (MARIMBONDO, n.1).

No decorrer dos debates nas Cortes o *Marimbondo* passou a publicar cartas de deputados brasileiros para expor os riscos físicos e morais que eles corriam nas Cortes. Também demonstrava através da publicação dos debates, como os deputados portugueses ameaçavam Pernambuco com o retorno de Luís do Rego. Percebendo a distância que se colocava entre brasileiros e portugueses, passou a elogiar constantemente as províncias do sul do Brasil e pregar a adesão de Pernambuco:

Caros Compatriotas! A nossa inteira felicidade estava pendente ainda de uma solene declaração em prol da Liberdade Brasileira pelos respeitáveis Anciões que nos governam. O amor que lhes tributa o Povo desta Província, assim o demandava. Eles o têm declarado. Eles já são todos fluminenses! (MARIMBONDO, n. 4).

O apoio prestado à causa do “centro-sul” provocou conflitos com o governo de Pernambuco. O redator ficou horrorizado ao descobrir que a junta pernambucana, mesmo tendo jurado, com o apoio da opinião pública, fidelidade ao príncipe, pensava agora em desfazer esse juramento. O jornal questionou quais os poderes que o governo municipal tinha para decidir de forma diferente sobre a união com as províncias do Sul, se a opinião pública pernambucana já até havia enviado seus deputados para a Constituinte no Rio de Janeiro (MARIMBONDO, n.4).

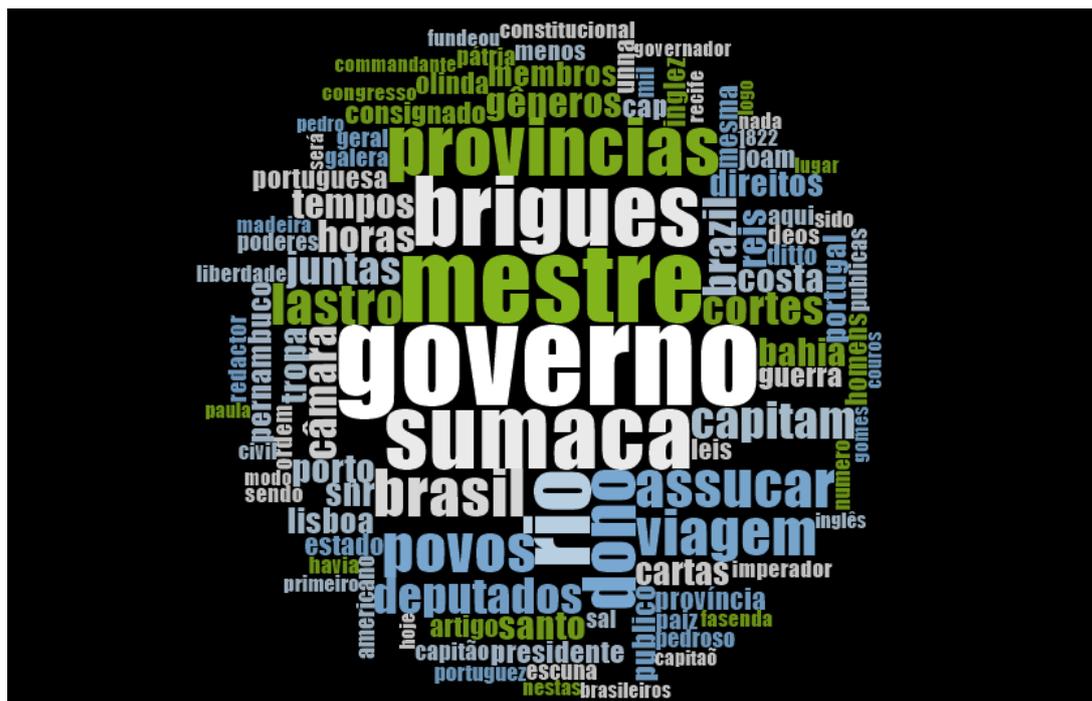
Para o redator, a constituinte brasileira era necessária por ser a única forma de assegurar a união do Império Luso-Brasileiro, já que as Cortes com suas atitudes despóticas, causavam desunião e intriga entre europeus e brasileiros. A defesa da causa brasileira devia se dar por meio da defesa do príncipe e da constituinte brasileira, e se necessário, ir “Às armas Pernambucanos! Brasileiros, às Armas!” (MARIMBONDO, n.5).

A crítica do redator às atitudes da Junta Provincial não causou resultados satisfatórios para o futuro do jornal. Após ficar quase um mês sem publicar, no quinto número do seu periódico informava que

Em uma província onde as armas têm o Império da Lei, e onde se procura sustentar partidos a custo do sangue de seus conterrâneos, não é possível que se possa escrever com liberdade, e por isso participamos ao Público ser o derradeiro número do nosso periódico (MARIMBONDO, n.5).

Iniciada no mesmo período, a *Gazeta Pernambucana*<sup>12</sup> teve trajetória mais simples. Com claros objetivos comerciais, o periódico quase sempre se resumiu a noticiar o que ocorria no Rio de Janeiro, fazer anúncios e poucas vezes fazer reflexões políticas. Como podemos ver na Figura 5, questões comerciais e partidas e chegadas de navios eram os pontos mais abordados.

Figura 5. Nuvem de palavras da *Gazeta Pernambucana*



Inicialmente preocupado com questões discutidas em Lisboa, no dia 22 de outubro chegou a notícia da independência, tomando quase todo o espaço da edição. Proclamações, ofícios e todo tipo de cartas oficiais foram expostas de forma a confirmar a independência do Brasil (GAZETA PERNAMBUCANA, n.3). Mesmo não se preocupando em debater ideias ou questões políticas, a *Gazeta* acabou por ocupar um importante espaço de propaganda e exaltação das notícias vindas do Rio de Janeiro e do agora Imperador do Brasil.

Em meados de 1823 surgiu o periódico *Escudo da Liberdade*, do qual infelizmente só obtivemos um suplemento. Ele supostamente foi redigido pelos futuros deputados João Mendes Viana e Francisco Agostinho Gomes (RAMIRES, 2017).

<sup>12</sup> Analisamos vinte e um números do periódico.



Figura 7. Nuvem de palavras do *Liberal*

Sobre a Bahia, assunto constante no periódico, deu continuidade ao já tradicional conflito entre governo baiano e periódicos pernambucanos, dizendo ter ali um presidente degenerado que quer promover a desgraça da sua pátria com o apoio de todos os funcionários públicos, senhores de engenho e tudo quanto é fidalgo. Essa interpretação da política baiana resultou em um ódio contra todo o tipo de fidalgo e aristocrata, uma “raça degenerada” que se acha superior a todos os outros. Esse mesmo grupo, na visão do redator, era apoiado por D. Pedro. A raiva por parte do redator era tanta que em um determinado momento ele chegou a defender que os fidalgos deviam ser sufocados no berço (LIBERAL, n.9).

Ainda sobre a Bahia, afirmava que os baianos estavam sendo massacrados por esses fidalgos e que se eles não se libertassem sozinhos, mais uma vez os pernambucanos pegariam em armas para os defender. Dizia que os Pernambucanos estavam “afiando as cortantes espadas para vos irem de novo salvar das garras do Despotismo de opressões, [já] que eles não querem ver seus irmãos sofrerem” (LIBERAL, n.22).

Tamanha agressividade não foi em vão. O jornal, último analisado nesse artigo, já prenunciava que os pernambucanos mais uma vez pegariam em armas para defender a liberdade que julgavam estar agredida. Poucos meses depois eclodia a Confederação do Equador e uma nova onda de jornais surgiria em Pernambuco.

## considerações finais

Essa pesquisa buscou refletir sobre alguns pontos da historiografia do processo de independência através de jornais de menor circulação de Pernambuco. Dessa reflexão podemos tirar quatro conclusões.

O primeiro diz respeito à multiplicidade de projetos políticos que circularam nos periódicos pernambucanos. Certamente a falta de formação superior em grande parte dos jornalistas fez com que surgissem ali simpatias pelas repúblicas, mesmo que negadas graças às “circunstâncias” do povo. Mas também destacamos que existia uma preocupação geral com a ordem social e a necessidade de um centro no país, seja para dali partir decisões, seja para rivalizar com as Cortes de Lisboa.

Sobressai também a importância da Revolução de 1817, já que foi uma experiência vivenciada por toda a província, fato reforçado quando percebemos que três redatores estiveram diretamente implicados no movimento. Disso resultou um forte ressentimento com Luís do Rego e um orgulho do “primeiro movimento liberal” do Brasil. Ademais, o histórico “rebelde” da província fez com que a possibilidade de uma revolta armada não fosse tão distante. Essa experiência em comum pode ter sido um fator que colaborou com uma nova revolta, a Confederação do Equador em 1824.

Achamos importante destacar também o prestígio que a imprensa propiciou aos redatores, pois dos dez analisados, seis exerceram algum cargo político durante suas vidas. A participação na imprensa claramente deu a esses homens certo magnetismo simbólico, representação de conhecimento e ilustração, além da popularização de seus nomes. Os redatores formaram agrupamento especial dentro do Primeiro Reinado e, por isso, muitos entraram na elite política.

Esse argumento serve para questionar a ideia de que os impressos foram “fórum alternativo para a tribuna” (CARVALHO, 2003, pp. 54-55) no Primeiro Reinado por dois motivos. Primeiro, a elite política ainda estava em formação e parte importante dela vai vir justamente dos intelectuais que redigiram jornais. Segundo, existiu na imprensa uma maior variedade de projetos que iam desde o constitucionalismo, exposto em grande parte dos jornais, até a defesa de uma república ou de um país federalista que não encontrava espaço na tribuna.

Por fim, achamos necessário problematizar a afirmação de que Pernambuco passou por uma outra independência. Achamos, pelo contrário, que os jornais pernambucanos exerceram papel importante na defesa do Fico, da Constituinte Brasileira e na crítica às medidas das Cortes. Viviam um mesmo tempo histórico (KOSELLECK,

2006), compartilhavam algumas experiências e projetavam expectativas semelhantes. Um claro distanciamento entre os projetos só pode ser percebido em 1823, momento no qual o Brasil e Pernambuco já não tinham nenhum tipo de relação com Portugal.

Dessa forma, entendemos que ao se distanciar dos jornais mais badalados como o *Sentinela* e o *Conciliador Nacional*, é possível perceber que existia em Pernambuco mais projetos políticos do que o federalismo, típico, segundo Renato Lopes Leite (2000), daquela província. Percebemos também que esses periódicos estavam atentos ao que se discutia no restante do Brasil, defendendo as causas brasileiras e, de certo, fazendo parte da mesma independência.

## referências

### Fontes

*Aurora Pernambucana*. Pernambuco: Oficina do Trem de Pernambuco, 1821.

*Escudo da Liberdade do Brasil*. Pernambuco: Tipografia Cavalcante e Companhia, 1823.

*Gazeta Pernambucana*. Pernambuco: Tipografia Nacional, 1822.

*Marimbondo*. Pernambuco: Tipografia Nacional, 1822.

*O Liberal*. Pernambuco: Tipografia de Miranda, 1824.

*Relator Verdadeiro*. Pernambuco: Oficina do Trem de Pernambuco, 1821.

*Segarrega*. Pernambuco: Oficina do Trem de Pernambuco, 1821.

### Obras Gerais

BASILE, Marcello Otávio. *O Império em Construção: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial*. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História Social - Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem - Teatro das Sombras*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

FELDMAN, Ariel. *Espaço público e formação do estado nacional brasileiro: a atuação política do Padre Carapuço (1822 a 1852)*. 2012. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2006.

LEITE, Renato Lopes. *Republicanos e Libertários*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEME, Mariza Saenz. “Dissidências regionais e articulações nacionais nos projetos de independência: o *Conciliador Nacional* em Pernambuco. *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História de São Leopoldo*: Unissinos, 2007.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A Outra Independência*. São Paulo: Editora 34, 1992.

MOREL, Marco. *Cipriano Barata*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan / FAPERJ, 2003.

POCOCK, John G. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp, 2003.

RAMIRES, Mário Fernandes. Tipografias E Tipógrafos Em Pernambuco, 1815-1824. *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica*, v. 35, n. 1, p. 1815–1824, 2017.

Recebido em: 16/02/2020 – Aprovado em: 14/04/2020